

DOI: <http://dx.doi.org/10.18309/anp.v1i51.1314>

SAÚDE, TRABALHO DOCENTE E PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL 1980-2017¹

HEALTH, TEACHER LABOR AND POST-GRADUATION IN BRAZIL, 1980-2017

Antônio de Pádua Bosi

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil

antonio_bosi@hotmail.com

Resumo: O objetivo é discutir a relação entre adoecimento de professores universitários e trabalho na pós-graduação. Primeiro, examino as relações de trabalho em instituições de ensino superior privadas e públicas para identificar distinções nos processos de adoecimento que estejam associados à realidade das atividades de docência nas universidades. Em seguida, examino o crescimento da pós-graduação no Brasil, numa série histórica de meio século, e a dinâmica de criação da CAPES. Neste item, rastreio o estabelecimento de diretrizes estruturais na CAPES baseadas num tipo de avaliação aferida por produtividade que é irradiada também para espaços de trabalho da graduação, levando até lá práticas competitivas e trabalho intensificado. O texto está sustentado nesta hipótese.

Palavras-chave: Saúde e Pós-Graduação; Trabalho e Pós-graduação

Abstract: This paper has tried approach the connections of professors' illness and labor in the university. I examine the labor inside private and public higher education institutions to identify differences in illness associated with the reality of labor activities in universities. Next, I examine the growth of postgraduate programs in Brazil, in a half-century historical series, and the rule of CAPES in the creation it. In this point, I try to show the power of CAPES face all over postgraduate programs and, because it, CAPES establishment of structural guidelines based on a type of productivity that contaminates graduate too. The text is had based on this hypothesis.

Keywords: Health and postgraduate; Labor and postgraduate

¹ Este texto é dedicado a José Vitório Zago, professor aposentado de Matemática do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade Estadual de Campinas, de quem tive lições valiosas sobre esse assunto.

1. Introdução

O principal argumento deste texto considera que as características do trabalho docente universitário no Brasil mudaram bastante nos últimos 40 anos. Não foram boas mudanças para os professores uma vez que o adoecimento físico e mental, causado pelo trabalho, estendeu-se sistematicamente a todas as áreas do conhecimento e atividades constitutivas da carreira universitária.

É possível discutir conexões entre a degradação da saúde dos docentes e a diversificação, a intensificação e a precarização das atividades que formam o trabalho de um professor universitário. Aliás, esta tem sido uma questão cada vez menos difícil de ser observada no universo acadêmico atual. O adoecimento docente provocado pela rotina do trabalho tornou-se tema recorrente no espaço universitário, sindical e médico tamanha a dimensão dos professores afetados. E, nesse sentido, interessa aqui desenvolver dois aspectos dessas mudanças, razoavelmente discutidos na literatura sobre o assunto: (i) a expansão do ensino superior no país e (ii) a questão do desempenho e da produtividade do professor universitário numa escala histórica comparada.

Por fim, a hipótese que organiza esses pontos como relevantes neste texto é que a pós-graduação no Brasil induziu e pressionou a natureza do trabalho docente, pautando padrões de produtividade constantemente alterados por fatores multiplicadores dos níveis e metas de produção acadêmica pensados e emanados da pós-graduação. Nem de longe esta ideia é original, mas precisa ser recolocada e lembrada cada vez que prevalece entre nós a tendência de naturalizar esse processo histórico.

2. Uma “Jaula de Ferro” sob medida

Marianne Weber, esposa de Max Weber, registrou o que acontecia com ele no ano de 1897 em capítulo inteiro que chamou de “O colapso”: “Tudo lhe parecia excessivo. Não podia ler, escrever, participar de reuniões, caminhar ou dormir sem que tais atividades fossem um tormento.” [...] “Sentia como se fosse cair num furacão de ansiedade que lançaria sua razão na mais completa escuridão.” (WEBER, 1995, p.131)

Além de Marianne, Paul Honigsheim e Arthur Mitzman escreveram e publicaram separadamente duas biografias sobre Weber onde mencionam o “colapso nervoso” ocorrido em 1897, exatamente poucos meses depois de seu pai morrer. Esse colapso prenunciou uma doença que acompanhou Weber durante o resto de sua vida. De qualquer modo, excetuando o longo capítulo que Marianne reservou na biografia do marido para falar de seu frágil estado da saúde, a literatura a respeito de Weber parece não ter se preocupado com a doença dele, ou parece não ter interpretado o “colapso nervoso” e as subsequentes crises como uma doença. Ao mesmo tempo, quando se lê sobre o assunto, não é difícil nem incomum encontrar explicações para o colapso sofrido por Weber nos assuntos pessoais pendentes (e mal resolvidos) com o pai ou na carga descomunal de trabalho desenvolvida e sustentada na casa dos trinta anos. Até ali, Weber estruturara parte de sua sociologia da religião, de sua teoria sobre as características da economia do moderno capitalismo, uma história agrária do mundo antigo com textos que sedimentariam a importância na cultura na compreensão das sociedades históricas. O resto ele fez doente e sofrendo.

O que tirou Weber da ação acadêmica em 1897 nunca o abandonou. Um movimento pendular descreve bem o que Marianne relata. Períodos de intensa atividade no trabalho intercalados com quadros de tristeza, melancolia, arrivismo social, o que chamamos hoje, de modo genérico, de depressão. No caso do trabalho docente na atualidade há outras definições de “distúrbios psíquicos” que nos deixariam perto de Weber, e de uma doença que talvez ele não chegou a compreender. Quando encontrava forças para trabalhar, Weber escrevia textos primorosos como “A Ética Protestante...”. Quando suas energias eram drenadas pela depressão, ele se tornava inservível para o trabalho. Buscava descansar em diversos lugares calmos, tranquilizantes, (considerados terapêuticos) na Europa, mas a “cura” era demorada, e o senso de dever com o trabalho o espremia para um retorno rápido à pesquisa, aos seminários, às orientações de doutorado, aos escritos, às reuniões de trabalho. As recuperações eram demoradas e discretas. A cada “novo” colapso, os reparos feitos à saúde se tornavam mais demorados e incompletos. Por volta de 1898, Marianne relata que “Ele está um pouco melhor, mas não consegue sequer orientar os trabalhos de seus alunos sem sofrer algum dano.” (WEBER, 1995, p. 254)

Entre 1897 e 1903, Max Weber foi internado e medicado em sanatórios pelo menos três vezes. Devido ao seu prestígio intelectual (conquistado ainda jovem), foi mantido como professor *full time*, remunerado, na Universidade de Heidelberg. Seu esforço, por maior que tenha sido, pareceu insuficiente. Em 1902, Marianne registrou que “Pela manhã ele sempre trabalha de uma a duas horas, mas com relutância, e logo tem que dormir no sofá, durante toda a tarde.” Referindo-se a 1903, ela disse que “O seu estado de saúde flutua de um dia para o outro. Seu humor e seu estado geral estão muito piores.” (WEBER, 1995, p. 269). Até a viagem aos Estados Unidos, em 1904, o melhor que se podia esperar dele: “Trabalha umas quatro horas diárias. Ao primeiro sinal de que recupera sua capacidade de escrever, escreve uma resenha.” (WEBER, 1995, p. 268).

Nos Estados Unidos, é largamente sabido, ele propôs muitas equações a respeito da formação do capitalismo e da moderna mentalidade mercantil. Não à toa, Benjamin Franklin foi tomado como tipo ideal na mais famosa obra de Weber. Foi lá também que ele formalizou uma avaliação melancólica do que, à época, era visto como ápice social e cultural do capitalismo. Cada homem construiu sua própria “jaula de ferro”, ou “prisão de ferro”, ou “crosta de ferro” (conforme diferentes traduções), ficando ali confinado numa eterna angústia que sobreviveria à medida que tentasse e conseguisse disfarçar sua dor e sofrimentos. Seria, por isso, seu próprio cárcere.

Escrevendo no período de 1903 e 1904, tão logo se desvencilhou dos sanatórios e se pôs de pé numa situação mais funcional, capaz de trabalhar parcialmente, Weber terminou o texto que viria a ser composto como livro em 1920, “A Ética Protestante...”, dividido em dois artigos, publicados na revista que dirigia. Na parte final, ele balizou a relação entre determinada ética religiosa e comportamento econômico, e enquadrou um retrato aterrorizante e assombroso sobre nós. Não agia como profeta, mas estava desencantado com seu mundo e tudo mais. Hoje, pode ser lido como um breve testamento ou advertência sobre o quão longe o trabalho desfigurado, consentido e sem sentido pode nos levar.

Ninguém sabe ainda a quem caberá no futuro viver nessa prisão, ou se, no fim desse tremendo desenvolvimento, não surgirão profetas inteiramente novos, ou um vigoroso renascimento de velhos pensamentos e ideias, ou ainda se nenhuma dessas duas – a eventualidade de uma petrificação mecanizada caracterizada por esta convulsiva espécie de autojustificação. Nesse caso, os ‘últimos homens’ desse desenvolvimento cultural poderiam ser designados como ‘especialistas sem espírito, sensualistas sem coração, nulidades que imaginam ter atingido um nível de civilização nunca antes alcançado’. (WEBER, 1989, p. 131)

Também acredito que esse percurso, abreviado é claro, da vida de Max Weber, se mostra útil porque, morto há 100 anos, é um intelectual insuspeito para nos dizer ou advertir que o trabalho como o conhecemos e o experimentamos nos leva cada vez mais profundamente para uma jaula de ferro, mesmo que nos reconheçamos em apuros na pós-graduação, com os compromissos que se amontoam nos laboratórios, nos gabinetes ou nalgum canto de nossas casas. Quando Weber esteve nos Estados Unidos, em 1904, recolhendo material de pesquisa para “A Ética Protestante...”, deixou registrado que “Em anos passados, meu estado de enfermidade se expressava numa *obsessão compulsiva*² pelo trabalho universitário como se fosse um talismã, sem que eu pudesse saber contra o que eu me defendia.” Como se sente um professor universitário doente “para quem toda atividade intelectual é um veneno?” (WEBER, 1995, p. 249)

Penso que estamos ilhados numa situação semelhante a esta narrada por Weber, ou nos ligamos a ela com frequência. Mas as razões são distintas, principalmente porque os temores de Weber se confirmaram em diversos pontos. O que desgraçadamente sublinhado por ele evolui tão rapidamente – nos planos econômico e cultural – que trouxe todo tipo e modalidade de trabalho para uma exploração intensificada e uma alienação planejada? De Weber podemos propor três chaves analíticas: (i) o trabalho *docente* na pós-graduação (orientações, relatórios, administração de revistas, bancas, seminários etc.), intensificado, *pode* prejudicar a saúde, (ii) submeter o trabalho docente a uma ética de produtividade *pode* causar adoecimento e (iii) a incapacidade para o trabalho docente é visto como um problema pessoal, o que agrava ainda mais a doença.

² O conceito de “neurose obsessiva compulsiva”, de Freud, é de 1909, em “O homem dos ratos”.

3. Quando e como a relação entre trabalho docente e saúde foram percebidos e pautados como um problema relevante

A narrativa sindical foi a primeira a sublinhar e divulgar a relação entre saúde e trabalho docente, não necessariamente nessa ordem. O fez recentemente se considerarmos duas décadas um tempo de curta duração. À medida que esta percepção se estendeu a academia como objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento, a partir do final dos anos 90, trabalho docente e saúde teve maior projeção. Havia, desde a década de 1990, pesquisas publicadas a respeito da relação de adoecimento de professores do ensino médio causado pelo trabalho. Mas o ensino universitário ainda era visto como atividade laboral salubre e de prestígio.

Algumas associações de docentes de universidades federais e estaduais no final dos anos 70 apresentaram queixas quanto às condições de trabalho e salariais. Tratou-se mobilizações crescentes em torno da criação de um “padrão único de qualidade” sobre carga horária de aula e pesquisa, infraestrutura comum para trabalho, carreira única. Tais exigências receberam organização nacional na criação da Andes, Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, em 1981.

No I Congresso, em Fortaleza, 1983, trabalho docente apareceu citado junto a “avaliação” e a “condições”. A ideia era construir um padrão único de qualidade para que valesse para os docentes da USP e da UFJF. Até o Congresso de 1986, Salvador, o debate a respeito de trabalho docente continuou ligado a “avaliação”. A novidade foi o aparecimento do tema “saúde”, mas ligado a proteção social para outros trabalhadores. Na constituinte, no VI Congresso da Andes, a compreensão sobre o assunto, partilhada com outros movimentos sociais, foi de conceber a saúde como direito de todos. Para isso seria necessária sua estatização, um Sistema Único de Saúde. Tal esforço de mobilização alcançou o ano de 1990, com o projeto de Lei do SUS, Lei n. 8.080, de 19/9/1990.

Este objeto começou a mudar no âmbito das universidades federais e centros federais de educação tecnológica (CEFET) quando o governo federal introduziu um dispositivo de compensação financeira por produtividade na docência em sala de aula, a Gratificação de Estímulo à Docência (GED) e Gratificação de Incentivo à Docência (GID). A Andes, em seu XX Congresso (2001) compreendeu tais gratificações como “fatores salariais produtivistas”. Foi uma das primeiras vezes que o termo “produtivismo” apareceu na documentação do sindicato nacional. Um ano depois, em seu XXI Congresso, no calor da resistência à GED e GID, uma resolução chama atenção: “De fato, o produtivismo que se introduziu insidiosamente na universidade durante a década de 1980, fortemente apoiado pelas normas de avaliação da CAPES e do CNPq e que encontrou sua expressão legal com a GED e a GID em 1998/2000...”. Na documentação de eventos estatutários do Andes esta teria sido a primeira vez (resultado da investigação feita) que CAPES e CNPq foram tratadas como fontes de políticas e de práticas produtivistas de docentes nas universidades. Há, neste ponto, uma mudança importante que, dentre outras razões, decorreu da investida do governo federal contra os docentes para quantificar seu trabalho e pagar por “peça produzida”, um tipo de sistema fabril popularizado desde o final do século XVIII com resultados questionáveis.

Um fato relevante é o destaque conferido a CAPES e ao CNPq no contexto das relações de trabalho docente. O sindicato manejava limitadamente conhecimento sobre prováveis efeitos que tais agências poderiam provocar nas instituições e docentes. Enxergava ambos igualmente capazes de forçar alterações de comportamento no ensino e na pesquisa. Contudo, a pressão para o aumento de produtividade do trabalho docente vem, em grande medida, mas não somente, da CAPES, por meio de critérios que norteiam a sobrevivência dos programas de pós-graduação e, por seu turno, regulam e dirigem os passos de aproximadamente 101.289 docentes registrados no banco de “dadosabertos” da CAPES

referentes ao ano de 2017. Neste contingente, tem-se desconto de 2% a 3% de docentes que atuam em mais de um programa. Dado também pertinente é a pequena participação de cursos de pós-graduação de instituições privadas e confessionais no total dos cursos e programas autorizados pela CAPES, algo em torno de 5%.

Esta última informação retira a maioria dos docentes das IES privadas da pressão vivenciada a partir do cotidiano da pós-graduação. São 209 mil funções docentes (algumas delas ocupadas pelo mesmo docente) existentes nas IES privadas no ano de 2017, número indicado pelo INEP. Isso representa 55% do total de 380 mil funções. Confrontados às matrículas existentes no setor privado, cerca de 4,6 milhões em 2017, aproximadamente 209 mil docentes são contratados para ministrar aulas e supervisionar alunos na graduação. Este contrato de trabalho pode ser interrompido por diversos motivos, inclusive se a produtividade do professor declinar. Esse modelo de contrato e exploração do trabalho tem se propagado num ambiente de desregulamentação de direitos trabalhistas (ocorrido ao longo dos anos 90 e, recentemente, em 2016), de criminalização das iniciativas de resistência e de uma quase absoluta corrosão da autodefesa coletiva e individual desses professores.

Milhares de professores empregados em instituições de ensino superior privadas são submetidos à padrões de ensino, planejados para oferecer cursos rápidos e de baixo preço. É um tipo de rotinização do trabalho fundada na repetição das atividades, no cansaço e no adoecimento. O fato de a demissão ser hoje um recurso menos caro do que já foi para grandes empresas estabelece um ponto que o docente não consegue retirar de seu campo de visão. Para muitos, o medo de ser demitido se torna sofrimento contínuo, e este sofrimento se torna uma doença. As publicações sobre isso são numerosas e acessíveis, o que me faz abdicar de citá-las.

4. Trabalho e saúde na pós-graduação

Engana-se quem pensa ser antigo o papel da CAPES como avaliadora dos programas de pós-graduação. Criada em 1951, ainda no segundo governo Vargas, teve objetivo de viabilizar a formação de cientistas e pesquisadores de diversas áreas. Para isso, a CAPES contratou professores estrangeiros para universidades públicas, incentivou e propiciou intercâmbios e cooperações com instituições estrangeiras, concedendo bolsas de estudos aos docentes brasileiros. Apenas em meados dos anos 60 a CAPES abrigou a tarefa de estimular a pós-graduação *stricto sensu*, e de modo tímido. Até então, a CAPES apoiava – mais do que fomentava – a criação de programas, de tal modo que no ano de 1965 havia 27 cursos de mestrados e 11 de doutorado, números modestos para 155 mil matriculados na graduação presencial naquele ano. (DURHAN, 2003)

Ao lado disso, o objetivo dado à CAPES foi o de cuidar definitivamente da pós-graduação a partir da sedimentação do ensino universitário em dois ciclos de formação, graduação e pós-graduação. Isso constou no “Parecer Sucupira”, redigido a pedido do Ministério da Educação e Cultura, em 1965, em comissão liderada por Newton Sucupira cujo conteúdo regulamentava a instauração de um sistema de cursos de pós-graduados sintetizado em:

- 1) formar professorado competente que possa atender à expansão quantitativa do nosso ensino superior garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade; 2) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores; 3) assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face as necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores. (BRASIL, 1965)

Ao longo do relatório não há metas de produção ou exclusividade do trabalho docente para patentes ou publicações, embora isso fosse desejado. Mesmo depois de 1965, a “disseminação da informação sobre a produção científica nacional, sobretudo, como estímulo à publicação e divulgação rápida e eficiente de livros e revistas científicas de elevado padrão” era compreendida como “paralela” ao “acesso à informação” por meio de “implantação de acervos bibliográficos e a modernização de serviços de bibliotecas”. (III PNG, 1986-1989) Houve crescimento de cursos, mas a indução nada teve relação, no início, com metas de produtividade semelhantes às que experimentamos hoje. Uma série histórica iniciada em 1965, quando o parecer Sucupira foi concluído, até 2017, mostra que uma linha ascendente ininterrupta, mas com pequena aceleração nos primeiros 10 anos e, depois disso, saltos de 1.000, 1.200 cursos a cada década.

Tabela 1: Evolução do número de cursos Stricto Sensu (1965-2018)

Ano	Mestrado	Doutorado	Total
1965	27	11	38
1975	195	68	263
1985	787	325	1112
1998	1.213	773	1.986
2003	1.733	942	2.675
2008	2.531	1.320	3.851
2013	3.482	2.100	5.582
2017	4.215	2.219	6.434

Fontes: (BRASIL, 1965; 1975; 1985); (CAPES, 1918)

No histórico do universo sindical docente, na visão que ofereci, não é fácil enxergar quando as queixas contra a degradação da saúde começaram, quando elas passaram a se ligar ao trabalho e quando agregaram a pós-graduação como causa principal ou uma das principais. De modo semelhante, uma coisa é reconhecer e afirmar o papel da CAPES na organização do trabalho docente no âmbito da pós-graduação e como isso escorre com pouca mediação para o trabalho na graduação. Pouca coisa fica fora da ética do trabalho formulada pela CAPES. Outra coisa é identificar quando e como isso começou, e em que medida houve inflexões que recrudesceram este papel de intensificar trabalho ou de afrouxar a pressão por pequeno que fosse o alívio.

Renato Janine Ribeiro, que foi diretor de avaliação da CAPES no período de 2004 a 2008, criticou transversalmente o fato de haver excesso de periódicos científicos no país argumentando que “cada programa de pós-graduação, muitas vezes cada departamento de graduação, quer editar a sua revista.” Sua conclusão: “Quem vai ler isto? É óbvio que se você publica artigos que não são lidos é um desastre.” (RIBEIRO, 2006, p. 42). Não foi um juízo descabido ou produtivista. Diagnosticava, embora não fosse sua intenção, o avançado estágio de decomposição da qualidade da pós-graduação (ou de parte dela). Os 15 anos que antecederam a gestão de Renato Janine, foram governados conforme contexto instituído pela Lei n. 8.405/1992, voltada a avaliação da pós-graduação *stricto sensu* no país centrada na produção bibliográfica. A tabela 2 é uma evidência disso à medida que mostra o crescimento proporcional da produção bibliográfica brasileira relativamente à toda América Latina e ao Mundo. Responsável por publicar 1/3 da bibliografia na América Latina em 1981, os cientistas e pesquisadores no Brasil ultrapassaram a metade da produção registrada em 2018. Relativamente à produção mundial o crescimento também foi relevante. De 0,44%, em 1981, passou para 2,63%, em 2018. A aferição da qualidade dessa produção é outra coisa que tais números não podem dizer. Indicam, no entanto, que grande parte dos professores universitários estavam trabalhando mais, escrevendo mais, publicando mais.

Tabela 2: Produção Bibliográfica Brasileira Comparada (1981-2018)

Ano	América Latina	Mundo
1981	33,4%	0,44%
1990	36,85%	-
1996	38,19%	0,78%
2000	44,47%	1,19%
2005	47,97%	1,43%
2010	52,82%	2,07%
2015	53,28%	2,45%
2018	52,47%	2,63%

Fonte: (SJR-Scimago Journal & Country Rank)

Nos 90, o entusiasmo foi o sentimento predominante quando um PPG era autorizado pela CAPES. Mas as celebrações, tão comuns, geralmente não resistiam às primeiras avaliações da CAPES. Os docentes de programas novos ficavam espremidos entre tentar aumentar a nota do programa e não deixá-la baixar, principalmente ao ponto do descredenciamento. Havia e há uma racionalidade que alimenta e sustenta esse sentimento. Por um lado, o programa, as orientações, as bancas, as aulas na pós-graduação, são alçadas à condição de destaque na docência. Querendo ou não, trabalhar na pós-graduação progressivamente se torna um emblema de crescimento intelectual e sucesso na carreira. Não importa muito se os recursos financeiros são suficientes para a demanda, ou se os alunos têm bolsas, ou se o tempo para integralização do mestrado e do doutorado é seguidamente comprimido. Tudo isso chama atenção docente, mas não impede que os programas e os critérios de produção continuem funcionando. De modo inteiramente adverso, artigos, livros, patentes, trabalhos técnicos etc. aumentam em escala geométrica, e é esse produto, muitas vezes superando a formação de mestres e de doutores, que se tornou o vértice do sistema da pós-graduação do país.

Que tudo isto tenha levado a pós-graduação a seguidas autocríticas sem, contudo, medidas que a reformassem noutra direção, parece evidente. Que a CAPES tenha endurecido progressivamente as exigências de produção em suas levas de avaliação também é de fácil visualização. Que muitos docentes tenham adotado e incorporado a diretriz da produção e da produtividade como uma ética e ponto de ebulição e de medida para o trabalho acadêmico é de algum modo mais complexo de entender. Primeiro, porque se trata de um processo inacabado, formado tanto por variáveis quanto por constantes. Segundo, devido ao sentimento, em larga medida desconhecido, de medo de se tornar improdutivo, descartável e, no limite, doente.

Muitos estudos que investigam esta dimensão da realidade do trabalho docente têm chegado a resultados parecidos quanto à exaustão física e mental vivida pelos professores. Em que medida isso decorre da experiência do trabalho na pós-graduação? Em grande medida porque as regras de conduta que condicionam os docentes nos cursos de mestrado e doutorado alcançam a graduação. Chegam até os estudantes, especialmente aqueles que se dedicam em pesquisa financiados com bolsas de iniciação científica. Tal pressão irradia tão rapidamente, e tão profundamente, a considerar sua presença no ensino da graduação, que favorece sentimentos de sofrimento, solidão, dor, impotência. Como manter-se de pé numa instituição regulada por graus de produtividade que sobem sistematicamente?

As recompensas para uma sobrevivência prolongada são simbólicas. É exatamente isso que pode criar estratificações no mundo acadêmico. As avarias na saúde podem se manifestar nos primeiros momentos de euforia com os sucessos alcançados. A primeira

dissertação orientada, o primeiro livro publicado, a primeira viagem ao exterior, o primeiro projeto financiado, a primeira bolsa produtividade em pesquisa etc. Mas pode se manifestar também por meio da competição com os pares, sutil ou explícita, muitas vezes materializada no prazer em assistir o fracasso do outro, ou o que se entende por fracasso no universo do produtivismo. Nos dois casos, trata-se de uma adesão.

Docentes que integraram a carreira nos últimos 10 ou 15 anos, geralmente vêm dispostos a lidar com as pressões comuns às regras de conduta que induzem e mensuram a produtividade na pós-graduação e em seu efeito cascata. Por sua vez, docentes mais antigos, contemporâneos ao tempo quando a CAPES ainda se ajustava à própria vocação que vira a ter, vivem tal pressão como esforço de ressocialização num ambiente competitivo e insalubre. São trajetórias distintas para o mesmo destino, embora haja resistência em ambos casos e conformismo também.

Como uma pessoa, cuja ocupação é a docência, se danifica? O senso comum não concebe o trabalho docente como insalubre. É difícil explicar a natureza do trabalho intelectual, principalmente porque somos servidos públicos, pagos para pensar.

Professores envolvidos nesse espiral tendem a se sentirem rejeitados quando uma revista científica não aceita seus artigos para publicação. É um sentimento que desgasta energias e que pode ser, nalguns casos, devastador. Há várias situações que se enquadram nessa linha, e que se acomodam nos espaços de trabalho deixando pouco espaço para respirar. É difícil se proteger dos fracassos e tratar um edital não contemplado como uma ocorrência normal, uma vez que não existem recursos para todos. As bolsas produtividade em pesquisa deixam um rastro inequívoco desse ecossistema. Quem está dentro não quer sair e multiplica exponencialmente todos seus recursos para não ser trocado. Quem está de fora trabalha com maior intensidade para criar lastro e conseguir a primeira bolsa. Ouvi de um amigo, docente aposentado, com experiência de trabalho desde o final dos anos 60, que se integrar a essa lógica equivalia a se tornar bastante vulnerável a uma ilusão cujo objeto de prazer nunca se realiza, uma vez que, a exemplo do desejo de se satisfazer com uma mercadoria o desejo é sempre postergado e as vitórias são todas provisórias.

A hipótese inicial desse texto permite pensar que talvez Max Weber se reconhecesse com certo horror e espanto na realidade que o docente enfrenta hoje. Ou talvez só visse nele razão para confirmar uma trajetória de intensificado trabalho, justificado por colossal sombra projetada por seu pai até os 33 anos, quando seu pai morreu, algo que exigia de Weber um esforço ininterrupto para não ficar abaixo da estatura intelectual de um homem que atraía para seu círculo pessoas de renomadas de diversas áreas do conhecimento na Alemanha. Concorria ainda “contra” Weber um sentimento (que se tornou compulsivo) de explorar os limites da teoria e do método das ciências sociais no século XIX, sendo ele um pouco economista, historiador, sociólogo, político. Por óbvio não havia CAPES a época de Weber. Não precisou. Ele internalizou regras de conduta que o levaram a uma situação semelhante à enfrentada hoje na pós-graduação relativamente à perda da saúde provocada pelo trabalho.

De qualquer modo, há investigação a se fazer sobre este campo. Não sabemos ainda, em proporção, a dimensão e o impacto do adoecimento docente pelo causado pelo trabalho. O que se conseguiu até agora (a bibliografia começa a ganhar volume) é suficiente para afirmar tipologias de transtornos, uma responsabilidade de característica histórica com repercussões cada vez mais evidentes, poucas e ineficientes iniciativas para drenar este estrago e olhar noutra direção. No evento organizado pela ANPOLL em junho de 2019, a professora Maria do Carmo Haddad confirmou que atestados médicos para afastamentos temporários de docentes nas universidades públicas são fontes importantes de aferição sobre a saúde dos professores. Aqui, os estudos ainda são poucos. Algum progresso nessa direção nos ajudará a entender como estamos e como temos reagido. Por outro lado, enquanto isso não acontece, é certo que muitos docentes não procuram apoio institucional quando têm a saúde fragilizada.

Não fazem isso porque a exposição tende a ser sentida como vergonhosa. Weber se viu assim, imprestável e embaraçado de receber sem trabalhar. Se um intelectual acredita que sua capacidade de pensar ou de se relacionar está danificada, então ele se vê como um profissional defeituoso. Como pode um intelectual não conseguir pensar – trabalhar? Além disso, uma solução para um problema de grandes proporções como este, ainda não suficientemente mensuradas com ferramentas científicas, é rever o sistema de financiamento, de avaliação, de formação de recursos humanos e verificar o que sobrar de pé uma vez respeitado trabalho e a saúde docente. De resto, antidepressivos de tipos variados, combinados com terapias também diversificadas quanto às suas variadas concepções, uma agenda reorganizada que evite a sobrecarga de trabalho e abra espaço para a vida..., tudo isso tem valor limitado se o sistema permanece funcionado intacto.

Max Weber pode nos dar a falsa ideia de estamos bem acompanhados. Acredito que ele, se conhecesse uma de nossas reuniões de colegiado da pós-graduação ou de departamento desistiria de qualquer contato conosco, talvez ficasse para um estudo de caso. Mas parece ser um problema real a internalização de regras de conduta. Quando isso acontece na pós-graduação, e se desdobra para a graduação, o ensino universitário fica refém de uma ética que interdita práticas alternativas à ideia de produtividade para viabilizá-la como hegemônica. Neste ponto ficamos à beira de perigo que se torna menos visível à medida que nos aproximamos dele. O processo que pressiona a todos para que se subalternem à ideia dominante da produtividade (na vertente popularizada produtivismo) é destituído de história, fica sem *sua* história, é naturalizado. Então, o adoecimento e as queixas se perdem nessa narrativa, ou se perdem um pouco a cada dia. Por isso, lembrar é preciso. Nesse caso também.

Referências

Durham, Eunice. “O Ensino Superior no Brasil: Público e Privado”. *NUPES. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da USP*. São Paulo: USP, 2003.

BRASIL. *I Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-1979)*. Brasília, 1975. Disponível em: www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/I_PNPG . Acesso: 11 Jun. 2015.

BRASIL. *Definição dos Cursos de Pós-Graduação*. Parecer n. 977/65, C.E.Su, 3/12/1965. Disponível em: www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer_CESU_977_1965. Acesso: 12 jan. 2015.

BRASIL. *III Plano Nacional de Pós-Graduação (1986-1989)*. Brasília, 1975. Disponível em: www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/I_PNPG . Acesso: 11 Jun. 2015.

Weber, Marianne. *Biografia de Max Weber*. Con una introducción de Guenther Roth, Anotado por Harry Zohn. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1995.

Weber, Marianne. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1989.

Recebido em: 18 de julho de 2019
Aceito em: 20 de setembro de 2019
Publicado em: Dezembro de 2019